

COMUNICAÇÃO PRÉVIA COM PRAZO

Ex.º Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Gavião

_____, NIF/NIPC _____,
domicílio/sede em _____, freguesia de
_____, concelho de _____, código postal _____-_____,
telefone _____, e-mail _____, na qualidade de
_____, em conformidade com o disposto nos artigos 62.º-B e 62.º-C do Decreto-Lei n.º
555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, vem comunicar a V. Ex.ª, o registo da comunicação
prévia de:

- Alteração de utilização de edifício/fração não precedida de operação urbanística sujeita a controlo prévio (Artigo 62.º-B)**
- Utilização de novo edifício/ nova fração, na sequência de obras de construção isentas de controlo prévio urbanístico (Artigo 62.º-C), comunicadas no âmbito do processo n.º _____**

Juntando os elementos instrutórios previstos no n.º 29, do ponto V, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, nomeadamente:

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1;
- Declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa, quando aplicável;
- Telas finais, quando tenham sido executadas obras isentas de controlo prévio, devendo as mesmas estar devidamente assinaladas, ou planta da situação existente quando não tenham sido realizadas obras;
- Termo de responsabilidade, subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos do regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, que declare:
 - i) Nos casos em que tenha sido realizada obra isenta de controlo prévio, que a mesma se encontra concluída e em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis;
 - ii) A conformidade da utilização prevista com as normas legais e regulamentares que fixam os usos e utilizações admissíveis;
 - iii) A idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para o fim pretendido, podendo contemplar utilizações mistas.

A operação urbanística em causa será realizada no prédio _____ sito em _____, inscrito na matriz respetiva da freguesia de _____, concelho de Gavião, sob o artigo matricial _____ e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º _____.

Código de acesso à Certidão Permanente de Registo Predial _____.

Pede deferimento,

Gavião, _____ de _____ de 20_____

O Requerente

Informações sobre tratamento de dados pessoais

Responsável pelo tratamento: Município de Gavião sito no Largo do Município, 6040-102 Gavião, telefone: 241 639 070, e-mail: geral@cm-gaviao.pt; **Encarregado de proteção de dados:** O Encarregado de Proteção de Dados designado pelo Município de Gavião pode ser contactado através do e-mail: dpo@cm-gaviao.pt; **Finalidade do tratamento:** Corresponde à finalidade do procedimento administrativo, requerimentos, documentos ou comunicações apresentadas; **Licitude do tratamento:** Cumprimento pelo Município das suas obrigações legais e das funções de interesse público e autoridade pública, enquanto órgão da Administração Pública; **Dados pessoais e categorias:** Os dados recolhidos são os necessários ao cumprimento da finalidade do procedimento administrativo, requerimentos, documentos ou comunicações apresentadas; **Destinatários dos dados pessoais:** Os destinatários dos dados pessoais são os serviços municipais. Os dados apenas serão transmitidos a terceiros, nomeadamente outras entidades públicas, em cumprimento de obrigações legais; **Prazo de conservação dos dados pessoais:** O prazo necessário ao cumprimento da finalidade do tratamento, acrescido do prazo legalmente previsto para o arquivo dos documentos ou ficheiros onde os dados estão registados; **Direitos que pode exercer:** Confirmação de que os dados pessoais são objeto de tratamento; direito de acesso aos dados pessoais; direito de retificação; direito ao apagamento dos dados; direito à limitação do tratamento; direito de oposição ao tratamento; direito de retirar o consentimento em qualquer altura; e direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo (CNPD). Poderá exercer estes direitos nos termos e condições previstos na legislação, mediante contacto e melhor esclarecimento com o Encarregado de Proteção de Dados; **Outras informações:** Não existem decisões automatizadas, nem a definição de perfis. Qualquer violação de dados pessoais será levada a conhecimento do interessado no prazo legal; Para mais informações, poderá consultar a nossa política de privacidade no nosso website: <https://www.cm-gaviao.pt/>.